

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

MÓDULO 01

FUNDAMENTOS	21
--------------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO ESQUELETO.....	21
2. ESTRUTURA BÁSICA DE UMA SENTENÇA PENAL.....	23
3. O MAPA DA SENTENÇA PENAL É O DESAFIO.....	25
4. OS 10 ITENS DE UMA SENTENÇA PENAL APROVADA	27
4.1. Item 1: questões processuais pendentes e preliminares ao mérito.....	27
4.1.1. Questões processuais pendentes.....	27
4.1.2. Preliminares ao mérito	27
4.1.2.1. Competência.....	28
4.1.2.2. Nulidades processuais	29
4.2. ITEM 2: questões prejudiciais (preliminares de mérito).....	29
4.2.1. Extinção da punibilidade do artigo 107 do CP	29
4.2.2. Pagamento do débito tributário.....	30
4.2.3. Inconstitucionalidade de lei penal incriminadora	30
4.2.4. Prejudiciais propriamente ditas (artigos 92 e 93 do CPP)	30
4.3. ITEM 3: materialidade e autoria.....	30
4.3.1. Análise fático-probatória	31
4.3.2. Materialidade.....	31
4.3.3. Autoria.....	32
4.4. ITEM 4: enquadramento criminal, emendatio libelli e teses da defesa	32
4.4.1. Enquadramento criminal.....	32
4.4.2. <i>Emendatio libelli</i>	33
4.4.3. Teses da defesa não apreciadas	34

4.5.	ITEM 5: fundamentação de circunstâncias de 2ª e 3ª fase.....	34
4.6.	ITEM 6: fundamentação sobre concurso de crimes.....	35
4.7.	ITEM 7: dispositivo.....	35
4.7.1.	Procedente.....	35
4.7.2.	Parcialmente procedente.....	36
4.7.3.	Improcedente.....	36
4.8.	ITEM 8: dosimetria (cálculo das penas).....	36
4.8.1.	PPL: sistema trifásico.....	37
4.8.2.	MULTA: sistema bifásico.....	37
4.8.3.	Pena definitiva do condenado, se concurso de crimes.....	38
4.9.	ITEM 9: dosimetria (demais questões da individualização).....	38
4.9.1.	Regime inicial de pena na PPL.....	38
4.9.2.	Detração processual.....	39
4.9.3.	Substituição da PPL por PRD.....	39
4.9.4.	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	39
4.9.5.	Recurso em liberdade (§ 1º do art. 387 do CPP).....	40
4.10.	ITEM 10: efeitos da sentença, providências finais e parte autenticativa.....	40
4.10.1.	Efeitos da sentença penal.....	40
4.10.2.	Providências finais.....	41
4.10.3.	Parte autenticativa.....	41

MÓDULO 02

APROFUNDANDO..... 43

5.	PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA.....	43
5.1.	Introdução.....	43
5.2.	Principais critérios para definição da competência.....	44
5.3.	Competência especial.....	45
5.3.1.	Competência da Justiça Eleitoral.....	45
5.3.2.	Competência da Justiça Militar.....	47
5.4.	Competência comum.....	48
5.4.1.	Competência da Justiça Federal.....	48
5.4.1.1.	Crimes políticos.....	49
5.4.1.2.	Crimes contra bens, serviços ou interesses federais.....	53
5.4.1.3.	Crimes previstos em tratado internacional.....	53

5.4.1.4.	Incidente de deslocamento de competência.....	54
5.4.1.5.	Crimes contra a organização do trabalho.....	54
5.4.1.6.	Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	55
5.4.1.7.	Crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves.....	55
5.4.1.8.	Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.....	56
5.4.1.9.	Crimes cometidos na disputa entre direitos indígenas.....	56
5.4.2.	Competência da Justiça Estadual.....	56
5.4.3.	Competência do Tribunal do Júri.....	57
5.5.	Foro por prerrogativa de função.....	57
5.6.	Regras de competência territorial.....	58
5.7.	Modificação da competência.....	60
5.7.1.	Continência.....	62
5.8.	Exemplos em provas de concursos.....	62
5.9.	Jurisprudência aplicável.....	63
6.	PRELIMINAR DE NULIDADES EM GERAL.....	80
6.1.	O que são as nulidades?.....	80
6.2.	Gradação dos vícios.....	81
6.3.	Princípios ligados às nulidades.....	83
6.4.	Momentos para arguir nulidades.....	85
6.5.	Principais tipos de nulidades.....	86
6.6.	Exemplos em provas de concursos.....	90
6.7.	Jurisprudência aplicável.....	90
7.	PREJUDICIAIS DE MÉRITO EM GERAL.....	114
7.1.	Sobre a punibilidade.....	114
7.2.	Ausência da punibilidade.....	115
7.2.1.	Exclusão da punibilidade.....	115
7.2.2.	Condições objetivas de punibilidade.....	117
7.3.	Extinção da punibilidade.....	118
7.4.	O art. 107 do CP.....	121
7.4.1.	Morte do agente.....	121
7.4.2.	Anistia, graça ou indulto.....	122
7.4.3.	Retroatividade de lei que revoga o crime.....	125

7.4.4.	Prescrição, decadência ou preempção.....	127
7.4.5.	Renúncia do direito de queixa ou perdão aceito.....	128
7.4.6.	Retratção do agente.....	130
7.4.7.	Perdão judicial.....	131
7.5.	Outras prejudiciais.....	132
7.5.1.	Inconstitucionalidade da lei incriminadora.....	132
7.5.2.	Prejudiciais propriamente ditas.....	134
7.6.	Exemplos em provas de concursos.....	135
7.7.	Jurisprudência aplicável.....	135
8.	PRESCRIÇÃO.....	140
8.1.	Conceito de prescrição no Direito Penal.....	140
8.2.	Espécies de prescrição penal.....	141
8.3.	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	143
8.3.1.	Regras gerais da PPP em abstrato.....	143
8.3.2.	Regras especiais pela idade do réu.....	144
8.3.3.	Concurso de crimes.....	145
8.3.4.	Termo inicial da PPP em abstrato.....	145
8.3.5.	Causas de interrupção.....	145
8.3.6.	Causas impeditivas da prescrição.....	147
8.3.7.	Contagem da PPP em abstrato.....	149
8.4.	Prescrição da pretensão punitiva em concreto.....	150
8.4.1.	PPP superveniente ou intercorrente.....	150
8.4.2.	PPP retroativa.....	151
8.4.3.	Prescrição virtual.....	152
8.5.	Duas regras especiais de prescrição.....	153
8.6.	Exemplos em provas de concursos.....	154
8.7.	Jurisprudência aplicável.....	154
9.	MÉRITO E DIREITO PROBATÓRIO.....	158
9.1.	Introdução: organização do mérito da sentença.....	158
9.2.	Direito probatório.....	166
9.3.	Exemplos em provas de concursos.....	170
9.4.	Jurisprudência aplicável.....	170
10.	ANÁLISE DA MATERIALIDADE.....	173

10.1.	O que está abrangido na materialidade?.....	173
10.2.	Importância da materialidade	175
10.3.	Provas da materialidade	176
10.4.	Exemplos em provas de concursos.....	179
10.5.	Jurisprudência aplicável	180
11.	ANÁLISE DA AUTORIA	181
11.1.	Introdução	181
11.2.	Autoria coletiva	183
11.3.	Reconhecimento de pessoas.....	191
11.4.	Exemplos em provas de concursos.....	192
11.5.	Jurisprudência aplicável	193
12.	ENQUADRAMENTO CRIMINAL	197
12.1.	Introdução	197
12.2.	Elementos do fato típico	197
12.2.1.	A conduta.....	198
12.2.2.	Resultado	201
12.2.3.	Nexo causal	203
12.2.4.	Tipicidade em sentido estrito.....	204
12.3.	Hermenêutica penal.....	206
12.4.	Exemplos em provas de concursos.....	213
12.5.	Jurisprudência aplicável	213
13.	ANÁLISE DE POSSÍVEL <i>EMENDATIO LIBELLI</i>	227
13.1.	Introdução	227
13.2.	<i>Emendatio libelli</i> na sentença	228
13.3.	Aplicação prática da <i>emendatio libelli</i>	230
13.3.1.	Desmembramento	232
13.3.2.	Desclassificação	233
13.3.3.	Inclusão de crimes não imputados.....	234
13.4.	Diferenças entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	235
13.5.	<i>Emendatio</i> ou <i>mutatio</i> ?.....	237
13.6.	Exemplos em provas de concursos.....	238
13.7.	Jurisprudência aplicável	239
14.	TESES DEFENSIVAS ADICIONAIS	241

14.1.	Sobre as teses defensivas.....	241
14.2.	Sobre o ônus da prova.....	244
14.3.	Argumentação jurídica e análise das teses.....	246
14.4.	Teses defensivas sobre ilicitude.....	247
14.5.	Teses defensivas sobre culpabilidade.....	249
14.6.	Exemplos em provas de concursos.....	252
14.7.	Jurisprudência aplicável.....	253
15.	CONCURSO DE CRIMES.....	254
15.1.	Introdução.....	254
15.1.1.	Dosimetria ou mérito da sentença?.....	256
15.1.2.	Onde analisar na estrutura da sentença?.....	259
15.1.3.	Pena máxima por condenado.....	259
15.2.	Concurso material.....	260
15.2.1.	Conceito de concurso material.....	261
15.2.2.	É preciso calcular todas as penas dos crimes em concurso?.....	261
15.2.3.	Entendendo a parte final do art. 69 do CP.....	262
15.2.4.	Entendendo o § 1º do art. 69 do CP.....	264
15.2.5.	Entendendo o § 2º do art. 69 do CP.....	265
15.3.	Concurso formal.....	265
15.3.1.	Conceito de concurso formal.....	265
15.3.2.	Ação única desdobrada.....	267
15.3.3.	Espécies de concurso formal.....	268
15.3.4.	Sistema de exasperação da pena: fração a ser definida.....	269
15.3.5.	Concurso material benéfico.....	269
15.3.6.	Concurso formal impróprio.....	270
15.4.	Continuidade delitiva.....	271
15.4.1.	Conceito.....	271
15.4.2.	Espécies de crime continuado.....	273
15.4.3.	Aplicação da pena em continuidade.....	274
15.4.4.	Entendendo os requisitos da continuidade.....	275
15.4.4.1.	Crimes da mesma espécie.....	275
15.4.4.2.	Mesmas condições de tempo.....	276
15.4.4.3.	Mesmas condições de lugar.....	277
15.4.4.4.	Mesmo modo de execução.....	277

15.4.4.5.	Crimes subsequentes tidos como continuação do primeiro.....	277
15.4.5.	Grupos de crimes em concurso: concurso formal com continuidade.....	277
15.4.6.	Continuidade genérica com continuidade específica	278
15.4.7.	Continuidade em crime permanente.....	279
15.4.8.	Pena de multa na continuidade delitiva.....	279
15.5.	Resumo esquemático das modalidades de concurso de crimes	280
15.6.	Exemplos em provas de concursos.....	280
15.7.	Jurisprudência aplicável	281
16.	DISPOSITIVO	286
16.1.	Encerramento do mérito.....	286
16.2.	Entendendo o dispositivo.....	286
16.3.	Tipos de dispositivo	287
16.4.	Técnica de redação de dispositivos.....	290
16.5.	Exemplo em provas de concursos	291
17.	DOSIMETRIA – NOÇÕES GERAIS.....	292
17.1.	Conceitos fundamentais da aplicação da pena	292
17.2.	Individualização da pena.....	295
17.3.	Pena privativa de liberdade.....	298
17.3.1.	Espécies de PPL.....	298
17.3.2.	Regime de cumprimento da PPL.....	298
17.4.	O sistema trifásico.....	300
17.5.	Regras gerais da individualização da PPL.....	301
17.5.1.	Dimensão interna e vedação do <i>bis in idem</i>	301
17.5.2.	Dimensão externa e vedação do <i>bis in idem</i>	303
17.5.3.	Nexo causal concretamente aferido	305
17.5.4.	Teoria das margens	305
17.5.5.	Esquematizando as regras gerais da dosimetria	307
17.6.	Terminologia importante na dosimetria.....	307
17.7.	Exemplos em provas de concursos.....	310
17.8.	Jurisprudência aplicável	311
18.	DOSIMETRIA – 1ª FASE DO CÁLCULO DA PPL.....	314
18.1.	Introdução.....	314
18.2.	Funções das circunstâncias judiciais	315

18.3.	Como são analisadas as circunstâncias judiciais.....	317
18.3.1.	Sobre o dever de fundamentação.....	317
18.3.2.	Sobre os vetores de análise	319
18.3.3.	Limite temporal da análise	320
18.4.	Circunstâncias judiciais em espécie	321
18.4.1.	Culpabilidade	321
18.4.2.	Antecedentes.....	324
18.4.3.	Conduta social.....	328
18.4.4.	Personalidade do agente.....	329
18.4.5.	Motivos do crime	330
18.4.6.	Circunstâncias do crime.....	330
18.4.7.	Consequências do crime.....	331
18.4.8.	Comportamento da vítima.....	332
18.5.	CrITÉRIOS de cálculo da pena-base.....	335
18.5.1.	Cálculo matemático e sistema aberto.....	336
18.5.2.	Proposições teóricas.....	336
18.5.3.	Metodologia que foi defendida na doutrina	338
18.5.4.	Superação dos cálculos matemáticos rígidos.....	341
18.5.5.	Regras mínimas de fixação da pena.....	345
18.6.	Exemplos em provas de concursos.....	349
18.7.	Jurisprudência aplicável	350
19.	DOSIMETRIA – 2ª FASE DO CÁLCULO DA PPL.....	356
19.1.	Introdução	356
19.1.1.	Análise de ofício	358
19.1.2.	Parâmetros de cálculo	359
19.2.	Análise das atenuantes.....	360
19.2.1.	Atenuantes relativas à idade.....	360
19.2.2.	Atenuante do desconhecimento da lei.....	362
19.2.3.	Motivo de relevante valor social ou moral.....	363
19.2.4.	Reparação do dano ou diminuição das consequências.....	364
19.2.5.	Coação moral resistível, obediência hierárquica, influência de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima.....	365
19.2.6.	Confissão espontânea.....	365

19.2.7.	Influência de multidão em tumulto.....	367
19.2.8.	Atenuante inominada – art. 66 do CP	368
19.3.	Análise das agravantes.....	368
19.3.1.	Reincidência.....	369
19.3.2.	Motivo fútil ou torpe.....	371
19.3.3.	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.....	372
19.3.4.	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido ...	372
19.3.5.	Com o emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum....	373
19.3.6.	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	373
19.3.7.	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica	374
19.3.8.	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	375
19.3.9.	Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	375
19.3.10.	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade....	376
19.3.11.	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.....	376
19.3.12.	Em estado de embriaguez preordenada	377
19.3.13.	Agravantes do concurso de pessoas.....	377
19.3.13.1.	Manda, organiza ou dirige	377
19.3.13.2.	Coage ou induz	378
19.3.13.3.	Instiga ou determina.....	379
19.3.13.4.	Mediante paga ou recompensa.....	379
19.4.	Dosimetria da pena provisória ou intermediária.....	379
19.4.1.	Cálculo com apenas uma circunstância	379
19.4.2.	Cálculo com mais de uma circunstância ao mesmo tempo.....	381
19.4.2.1.	Cumulação homogênea	381
19.4.2.2.	Cumulação heterogênea	383
19.4.3.	Concurso entre agravantes e atenuantes em número diverso	388
19.5.	Exemplos em provas de concursos.....	389
19.6.	Jurisprudência aplicável	390
20.	DOSIMETRIA – 3ª FASE DO CÁLCULO DA PPL.....	394

20.1.	Introdução	394
20.2.	Majorantes e minorantes vs qualificadoras e privilegiadoras	398
20.2.1.	Aplicação da pena em dobro	398
20.2.2.	Crime duplamente qualificado	400
20.3.	Principais majorantes e minorantes	401
20.4.	Regras de cálculo da pena definitiva	402
20.4.1.	Cálculo com uma única circunstância de 3ª fase	402
20.4.2.	Cálculo com concurso de circunstâncias de 3ª fase	403
20.5.	Exemplos em provas de concursos	409
20.6.	Jurisprudência aplicável	410
21.	DOSIMETRIA DA PENA DE MULTA	417
21.1.	Multa penal: conceito e características	417
21.2.	Métodos de cálculo da multa	419
21.2.1.	Regras especiais de cálculo da multa	420
21.2.2.	Multa em valor fixo definido pelo legislador	420
21.3.	Primeiro momento: fixação da quantidade de dias-multa	421
21.3.1.	Posição majoritária: proporção com PPL	421
21.3.2.	Posição minoritária: art. 59 do CP	422
21.3.3.	Definindo a quantidade de dias-multa	423
21.3.3.1.	Absoluta proporcionalidade entre PPL e multa	424
21.4.	Segundo momento: fixação do valor do dia-multa	428
21.4.1.	Lógica geral do cálculo	429
21.4.2.	Critério especial	430
21.4.3.	Insuficiência de recursos econômicos do condenado	430
21.5.	Pena de multa no concurso de crimes	431
21.6.	Exemplos em provas de concursos	433
21.7.	Jurisprudência aplicável	433
22.	DOSIMETRIA – DEMAIS DISPOSIÇÕES	435
22.1.	Introdução	435
22.2.	Regime inicial de pena e a detração processual	435
22.2.1.	O que são regimes de pena?	435
22.2.2.	Tipos de regime de pena	437
22.2.3.	Critérios para regime inicial	438

22.2.3.1.	Requisitos para fixação do regime inicial.....	438
22.2.3.2.	Regime inicial de crimes em concurso	440
22.2.4.	Detração processual	444
22.2.5.	Regime fechado por imposição legal	448
22.2.6.	Regime inicial favorável como direito subjetivo do condenado	450
22.3.	Substituição da PPL por restritiva de direitos	450
22.3.1.	As penas restritivas de direitos.....	450
22.3.2.	Requisitos para substituição.....	454
22.3.3.	Objeto da substituição.....	457
22.3.4.	Casos especiais de substituição	458
22.4.	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i> da pena).....	459
22.5.	Prisão cautelar ou direito de recorrer em liberdade.....	462
22.5.1.	Vedação da prisão automática pelo fato da sentença condenatória....	464
22.5.2.	O Tribunal do Júri como exceção à regra	465
22.5.3.	Sentença melhorando a condição atual do réu	466
22.5.4.	Requisitos para negar o direito de recorrer solto.....	467
22.6.	Exemplos de provas de concursos.....	470
22.7.	Jurisprudência aplicável	470
23.	DISPOSIÇÕES FINAIS DA SENTENÇA.....	477
23.1.	Introdução	477
23.2.	Efeitos da condenação.....	477
23.2.1.	Efeitos secundários extrapenais automáticos.....	478
23.2.1.1.	Tornar certa a obrigação de reparar o dano e seu desdobramento na fixação da indenização mínima à vítima.....	479
23.2.1.2.	Confisco de bens.....	481
23.2.2.	Efeitos secundários extrapenais não automáticos	483
23.2.2.1.	Confisco alargado (art. 91-A do CP).....	484
23.2.2.2.	Demais efeitos específicos (art. 92 do CP).....	486
23.2.2.3.	Efeitos da sentença previstos fora do Código Penal	489
23.3.	Providências finais.....	491
23.4.	Parte autenticativa.....	493
23.5.	Exemplos em provas de concursos.....	495
23.6.	Jurisprudência aplicável	496

MÓDULO 03**DOMINANDO..... 499**

24. Treinando o Item 1: preliminares ao mérito	499
25. Treinando o Item 2: questões prejudiciais.....	508
26. Treinando o Item 3: materialidade e autoria	515
27. Treinando o Item 4: enquadramento criminal, <i>emendatio libelli</i> e teses da defesa	523
28. Treinando o Item 5: fundamentação de 2ª e 3ª fases.....	532
29. Treinando o Item 6: fundamentação de concurso de crimes.....	540
30. Treinando o Item 7: dispositivo.....	548
31. Treinando o Item 8: dosimetria (cálculo da pena).....	556
32. Treinando o Item 9: dosimetria (demais disposições).....	569
33. Treinando o Item 10: efeitos da sentença e parte final	579

MÓDULO 04**SENTENCIANDO 589**

34. ENUNCIADO CASO PRÁTICO 1.....	589
34.1. Comentários do caso 1.....	591
34.2. Sentença modelo do caso 1.....	599
35. ENUNCIADO CASO PRÁTICO 2.....	604
35.1. Comentários do caso 2.....	606
35.2. Sentença modelo do caso 2.....	614
36. ENUNCIADO CASO PRÁTICO 3.....	618
36.1. Comentários do caso 3.....	620
36.2. Sentença modelo do caso 3.....	628
37. ENUNCIADO CASO PRÁTICO 4.....	632
37.1. Comentários do caso 4.....	635
37.2. Sentença modelo do caso 4.....	648
38. ENUNCIADO CASO PRÁTICO 5.....	654
38.1. Comentários do caso 5.....	657
38.2. Sentença modelo do caso 5.....	669

BIBLIOGRAFIA..... 679